

FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: PRIVATIZAÇÃO E EXPANSÃO DA EAD NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Eixo 2 – Configurações da Educação Superior: diferentes concepções e percursos formativos em disputa.

Barbara Araújo da Silva, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pará/ UFPA - Rede Universitsa/BR, e-mail: barbaralearaujo18@gmail.com
Maria da Conceição dos Santos Costa, Programa de Pós-Graduação em Educação - Formação de Professores da Universidade Federal de Pará/ UFPA, e-mail: concita.ufpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esta comunicação trata sobre a formação docente (inicial) em educação física (EF) no Brasil. E é um recorte da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED/ICED/UFPA).

A partir de Ferreira (2011), a formação de professores/as de Educação Física deve ser compreendida como um processo contínuo e dialético, que envolve a articulação entre experiência prática e base teórica sólida, marcada por dimensões cognitivas, afetivas, éticas, culturais, territoriais, históricas, sociais e políticas.

A EF como uma área do conhecimento historicamente construída e reconstruída pela humanidade, sistematizada em cinco conteúdos da Cultura Corporal: jogo, dança, lutas, ginástica, esporte e suas derivações (Coletivo de Autores, 1992). Conteúdos esses que devem ser trabalhados na formação humana de crianças, adultos e idosos a fim de reconhecer os aspectos biológicos, políticos, técnicos e históricos de cada conteúdo.

A Educação Superior (ES) é campo de interesse em disputa entre o capital e como de direito para classe trabalhadora, por isso, “a educação superior é aqui analisada como território disputado por interesses privados e públicos, como empreendimento empresarial visando lucros ou bem social” (Macário, 2021, p. 16).

Partindo dessas premissas, o objetivo deste estudo é analisar como se constitui a formação docente em educação física no Brasil no contexto de racionalidade neoliberal. Metodologicamente, trata-se de pesquisa realizada com base em dados estatísticos

extraídos do Censo da Educação Superior, referentes ao período 2012 a 2022, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Está amparado nos princípios do materialismo histórico-dialético, entendendo o movimento e contradições da realidade concreta (Netto, 2011).

DESENVOLVIMENTO

O padrão de acumulação desta sociedade burguesa coloca seus tentáculos em todos os setores da vida, no campo educacional da educação básica à pós-graduação. Em todos os espaços que ocupa, o capital transforma tudo em mercadoria, direciona toda a dinâmica para a competitividade, rendimento, performance e individualismo.

Dessa forma, a Educação Superior (ES) também é campo de interesse e um elemento para a disputa na luta de classes, por isso, a educação superior é compreendida como território disputado por interesses privados e públicos, como empreendimento empresarial visando lucros ou bem social. É um terreno transpassado por ideologias e forças políticas conflitantes: “umas que atuam na defesa de sua subsunção à lógica do padrão neoliberal de acumulação de capital e outras que lutam por torná-la um bem social público garantido pelo Estado”(Macário, 2021, p. 16).

É fundamental para entendermos as políticas no campo da ES e da conjuntura que se forma, uma vez que a mercantilização da formação vem sendo ampliada em todos os níveis da educação, ao mesmo tempo que enquanto campo disputa também existe forças fazendo da formação um bem público.

Considerando a lógica neoliberal de recuo do Estado e avanço privatista, as licenciaturas na esfera privada tiveram um aumento significativo de 2003 a 2015 fomentadas pela própria União, os programas de incentivo e o medo do desemprego levaram os sujeitos a aderirem às licenciaturas nas Instituições de Educação Superior (IES) privadas e na modalidade à distância oferecendo aos empresários um nicho promissor de negócios, a certificação em massa (Seki; Souza; Evangelista, 2019).

O Mapa da Educação Superior de 2024 (SEMESP, 2024) revela que o curso de EF é um dos cursos mais procurados do Brasil, tanto na rede privada e pública, quanto



na EaD e presencial. E quando faz o recorte das licenciaturas na rede privada, o curso de EF só perde para a pedagogia, a EF acumula 86.403 matrículas sendo 79,4% na modalidade EaD.

Uma das justificativas para a grande procura pela EF se encontra na mensalidade do curso nas IES privadas, segundo o Mapa, a mensalidade média do curso presencial é de R$ 783 e na modalidade EaD é de R$ 353, considerando ainda que a procedência dos ingressantes no curso são no ensino médio público, especificamente 81,8%. Em contrapartida, o número de desistência acumulada na formação em EF é de 62,4% na modalidade presencial e 70% no EaD (SEMESP, 2024).

A partir desses apontamentos, apresentaremos o quadro dos cursos de EF, todos os dados foram extraídos do Censo do Ensino Superior de 2022. A tabela 1 possui o número e percentual dos cursos especificando os públicos e privados, o grau de licenciatura e bacharelado e a modalidade à distância (EaD) e presencial.

Tabela 1 - Número e percentual de cursos de educação física por organização acadêmica, grau e modalidade de ensino – 2022 – Brasil

		Bacharelado	**Licenciatura**
		N	**N**
Público	Presencial	99	159
	EaD	2	16
	Total	101	175
Privado	Presencial	649	456
	EaD	140	113
	Total	789	569
Total		**890**	**744**
	Total geral	**1634**	

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados extraídos da Sinopse do Censo do Ensino Superior 2022

É apresentado na tabela 1 que no setor público o número de bacharelados são de 101, sendo 99 presencial e 2 EaD, já a licenciatura é de 175, sendo 159 presencial e 16 EaD. No setor privado, há 789 cursos de bacharelado, sendo 649 presencial e 140 EaD, a licenciatura tem 569 cursos, sendo 456 presenciais e 113 EaD, totalizando 1634 cursos de educação física.

A tabela 1 mostra o total de 1634 cursos de EF, sendo o maior número de bacharelado com 890 (correspondendo a 54,5% do total) cursos e a licenciatura com 744 (correspondendo a 45,5% do total). Um elemento importante que os dados do censo revelam é a predominância do setor privado no ensino superior que detém 1358 cursos de EF (83% do total de cursos) entre EaD e presencial.

O avanço da privatização é uma característica do neoliberalismo frente ao recuo do Estado no financiamento e oferecimento dos serviços básicos para manutenção da vida no âmbito público. Dessa forma, a educação não é uma exceção à essa lógica, os números dos cursos de EF demonstram isso, pois, com esses dados em mãos os dados que confirmam a grande demanda pelas licenciaturas e, especificamente, pela EF, o investimento nesse ramo se justifica pela projeção do lucro.

A formação de professores/as, então, se torna um bom negócio para a expansão do capital, pois orientado pelas leis do mercado, colocam-se as finalidades educacionais em segundo plano para viabilizar a constante expansão, ao mesmo tempo em que assume cada vez mais influência sobre a política pública educacional brasileira. Organizadas em fóruns e associações, as empresas de ensino superior avançam na direção do controle dos espaços de deliberação, regulamentação e regulação da educação superior brasileira (Guimarães; Silva, 2023).

Uma materialização dessa regulamentação, isto é, da secundarização das finalidades educacionais é a mudança na legislação da modalidade EaD, o Decreto nº 9.057/2017 regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esse artigo permite a organização de cursos e instituições de ensino experimentais, assim sendo, o decreto 9.057 autoriza: a ampliação da oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância; criação de polos de EaD pelas próprias instituições; credenciamento de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento prévio para a oferta presencial; oferta exclusiva de cursos à distância, sem a simultânea oferta de cursos presenciais.



A redução no número de matrículas na rede pública de ensino superior, bem como a expansão dos cursos de EaD (na rede privada e o gigante número de matrículas) correspondem aos arranjos neoliberais de austeridade fiscal e corte nos investimentos da educação pública.

No Brasil, esses arranjos no campo da EaD tomaram mais força mercadológica nos governos Michel Temer e em seguida pelo governo de Jair Bolsonaro. Para Lima (2024), ambos imprimiram uma perspectiva ultraliberal e conservadora à educação, com inflexões nas regulamentações da EaD na perspectiva de flexibilização, "o que abriu espaço para o elevado percentual de matrículas e a oferta da modalidade na esfera privada, em detrimento da pública"(Lima, 2024, p. 16).

As inflexões regulamentares foram construídas sem considerar pesquisadores(as) da área, sem verificar a assimetria no acesso à internet no país, os efeitos nocivos a rede pública, no que tange a relação matrícula – orçamento, a precarização da formação nessas modalidades de ensino e o aumento da intensificação dos sujeitos docentes trabalhadores desse campo.

Os efeitos dos reordenamentos do mundo do trabalho podem ser verificados no interior da EF nos currículos de formação de professores/as, articulando e desarticulando o perfil de sujeito exigido pelo momento histórico da sociedade burguesa, e na expansão dos cursos de EF em instituições privadas e redução na rede pública, viabilizando ainda mais a precarização da educação pública e maior alcance e rentabilidade do setor privado da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente em EF no Brasil está profundamente marcada pelas contradições da sociedade capitalista e pelo avanço das políticas neoliberais na Educação Superior. Os dados analisados evidenciam a predominância do setor privado e a expansão da modalidade EaD, especialmente nas licenciaturas, revelando a mercantilização da formação de professores/as.



Esse processo intensifica a precarização da educação e do trabalho docente, ao mesmo tempo em que reduz o papel do Estado no financiamento e fortalecimento da educação pública. Apesar disso, a Educação Superior permanece como espaço de disputa entre interesses privados e a defesa da educação como direito social. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer políticas públicas que garantam uma formação crítica, presencial, pública e socialmente referenciada para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 2017.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

FERREIRA, Diana Lemes. **A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a política de formação docente no Brasil**. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

GUIMARÃES, A. R.; SILVA, A. T.; NOGUEIRA , A. F. S. Financeirização do Ensino Superior no Brasil: inserção e atuação da Cogna Educação na Região Norte. **Revista Cocar**, n. 20, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7533. Acesso em: 16 nov. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2022**. Brasília: INEP, 2022.

LIMA, R. N. Regulamentação da educação a distância e híbrida no Brasil: desafios e contradições. **Revista Cocar**. Edição Especial. n. 27, p.1-21, 2024.

MACÁRIO, E. Padrão neoliberal de acumulação, ideologia e mercantilização da educação superior. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 14-49, maio/ago. 2021.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; EVANGELISTA, O. O crescimento perverso das licenciaturas privada. *In:* EVANGELISTA, O.; SEKI, A. K.; SOUZA, A. G.; TITTON, M.; AVILA, A. B. (org.). **Desventuras dos professores na formação para o capital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2024.** São Paulo: SEMESP, 2024.